

# OFFICINA

– Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo –

## EDITORIAL

Natália Bolfarini Tognoli<sup>1</sup> 

EDITORIAL

---

1 Doutorado e Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora adjunta no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do PPGCI/UFF. Editora científica da OFFICINA.



Dando continuidade às intenções de consolidação de um periódico científico voltado aos profissionais e acadêmicos dos arquivos e organismos congêneres, a Associação de Arquivistas de São Paulo anuncia a publicação do segundo número da revista OFFICINA, cumprindo seu compromisso inicial de brindar o público com duas publicações ao ano.

Os artigos reunidos neste número são frutos de pesquisas e de experiências de autores no campo da teoria e prática da Arquivologia brasileira, que revelam sua expertise nos cinco trabalhos aqui publicados.

O primeiro artigo, das autoras Margareth da Silva e Claudia Lacombe Rocha, intitulado “A revisão dos requisitos e metadados do e-ARQ Brasil versão 2.0”, apresenta os principais pontos revistos no modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos de arquivo, e é fruto da parceria das autoras na Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos. O artigo fornece elementos sólidos para a compreensão do e-ARQ Brasil enquanto um importante e necessário instrumento de gestão de documentos arquivísticos digitais.

O segundo artigo desse número, intitulado “O público e o privado em arquivos de laboratório”, de Maria Celina Soares de Mello e Silva, traz o resultados de pesquisas da autora realizadas em laboratórios de ciência e tecnologia, com foco na abordagem dos cientistas sobre seus documentos. No texto, a autora explora o limite entre o público e o privado nos documentos produzidos por cientistas e, ao fim, propõe seis pontos importantes que devem ser considerados quando da organização da documentação.

Refletindo sua formação acadêmica e a atuação profissional enquanto historiador e professor de Arquivologia, o autor Renato Venâncio propõe um debate sobre as políticas públicas e institucionais dos arquivos e suas relações com a comunidade de historiadores no terceiro artigo desse número, “Historiadores e políticas arquivísticas: propostas para um debate”. No texto, Venâncio discute as políticas de custódia, de acesso, de digitalização e de usuários, e como os historiadores podem se envolver no debate.

O quarto artigo, de autoria de Dilma Cabral, intitulado “A história administrativa na instituição arquivística: o projeto MAPA do Arquivo Nacional”, apresenta a trajetória



institucional do projeto Memória da Administração Pública Brasileira, iniciativa criada em 1991 pelo Arquivo Nacional para modernização da instituição e da administração pública brasileira. Além da história, a autora relata a metodologia e o planejamento para a execução do projeto, evidenciando a importância do estudo das estruturas administrativas e suas funções para o controle da instabilidade das instituições arquivísticas.

Os arquivos pessoais também estão presentes nesse número no artigo de Lorena dos Santos Silva, intitulado “A organização do arquivo pessoal de Maria Laura Mouzinho Leite Lopes: desafios e perspectivas”. No texto, a autora descreve os passos para a organização do acervo pessoal da cientista, custodiado no Arquivo de História da Ciência (AHC) do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST).

Além dos cinco artigos, o segundo número da OFFICINA conta, também, com textos nas seções Arquivo em debate e Tradução.

A seção Arquivo em debate traz o ensaio de Francisco Alcides Cougo Junior, intitulado “Sobre a institucionalidade arquivística”, no qual o autor reflete sobre os elementos que estão presentes no processo de institucionalização de arquivos no contexto do federalismo brasileiro. São inseridos no debate o Arquivo Nacional e os arquivos estaduais e municipais, onde ficam evidentes os desafios para se pensar uma institucionalidade arquivística para superar a trajetória de periferização dessas instituições no Brasil.

Por fim, na seção Tradução, Vitor Manoel Marques da Fonseca nos brinda com a versão brasileira do trabalho “A declaração Universal dos Direitos Humanos: um comentário arquivístico”, publicado originalmente em 2018, por Trudy Huskamp Peterson, no âmbito da coordenação da Seção de Arquivos e Direitos Humanos do Conselho Internacional de Arquivos. O trabalho traz comentários em cada um dos trinta artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, relacionando-os com os materiais arquivísticos. Como um tema tão oportuno para os estudos arquivísticos contemporâneos, é um privilégio podermos publicar esse texto na OFFICINA!

**Boa leitura e até o próximo número!**



---

## LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International.

